COMO CRIAR UMA
PROCURADORIA DA MULHER
NOS ESTADOS E MUNICÍPIOS
MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
56ª LEGISLATURA – 1ª SÉSSÃO LEGISLATIVA
2019-2023

Presidente Rodrigo Maia
1° Vice-Presidente Marcos Pereira
2° Vice-Presidente Luciano Bivar
1° Secretário Soraya Santos
2° Secretário Mário Heringer
3° Secretário Fábio Faria
4° Secretário André Fufuca

SUPLEMENTOS DE SECRETÁRIO:
1° Suplente Rafael Motta
2° Suplente Geovania de Sá
3° Suplente Ismael Bulhões Jr.
4° Suplente Assis Carvalho

SECRETARIA DA MULHER DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
Procuradora da Mulher
Iracema Portella

1° Procuradora Adjunta Aline Gurgel
2° Procuradora Adjunta Marília Arraes
3° Procuradora Adjunta Carmen Zanette
Coordenadora-Geral dos Direitos da Mulher
Professora Dorinha Seabra Rezende
1° Coordenadora Adjunta Tereza Helma
2° Coordenadora Adjunta Sâmia Bomfim
3° Coordenadora Adjunta Tábata Amaral

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO: José Jance Marques
Câmara dos Deputados – Anexo IV – subsolo - sala 35
Praça dos Três Poderes - CEP: 70160-900
Brasília/DF
Telefones: (61) 3215-8810/3215-8815
E-mail: secretariadamulher@câmara.leg.br
05 APRESENTAÇÃO
07 INTRODUÇÃO
08 O QUE É A PROCURADORIA DA MULHER DA CAMARA DOS DEPUTADOS?
11 QUAIS SÃO AS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA PROCURADORIA DA MULHER DA CAMARA?
13 ALGUNS PROJETOS DESENVOLVIDOS PELA PROCURADORIA DA MULHER DA CAMARA DOS DEPUTADOS
14 POR QUE CRIAR UMA PROCURADORIA DA MULHER NO LEGISLATIVO LOCAL?
18 QUAL É A ESTRUTURA DE UMA PROCURADORIA DA MULHER?
19 QUEM PODE SER PROCURADORA DA MULHER?
20 COMO É ELEITA E QUAL É A DURAÇÃO DO MANDATO DA PROCURADOR DA MULHER?
22 COMO CRIAR UMA PROCURADORIA DA MULHER
24 MODELO DE PROJETO DE RESOLUÇÃO
PALAVRA DO PRESIDENTE

É com enorme satisfação que a Câmara dos Deputados publica esta cartilha, contendo orientações úteis relativas à criação da Procuradoria da Mulher no âmbito legislativo de estados e municípios brasileiros. Esta iniciativa é um desdobramento dos bons resultados obtidos com a implantação desse órgão institucional, em 2009, na Câmara dos Deputados.

A experiência tem mostrado que a participação mais ativa das mulheres na vida política depende em grande medida do reconhecimento, por parte delas próprias e da sociedade de modo geral, de direitos e garantias que muitas vezes permanecem prejudicados pela desinformação.

Nesse sentido, a divulgação que fazemos dos êxitos e perspectivas das procuradorias da mulher insere-se no conjunto de ações coletivas que buscam acabar definitivamente com o preconceito, a discriminação e todo tipo de violências a que estão submetidas as mulheres em nosso país.

A enorme repercussão e eficácia da Lei Maria da Penha no combate à violência doméstica é um exemplo do muito que pode ser conquistado por ações legislativas.

Para fazer valer os direitos das mulheres, a ação aguerrida das deputadas eleitas tem buscado compensar a ainda baixa representação feminina no parlamento, como muito bem demonstra o trabalho realizado pela Procuradoria da Mulher da Câmara dos Deputados. Ampliar essas ações e estimular o trabalho conjunto de deputadas e vereadoras por todo o País é o objetivo maior dessa publicação, num momento em que se renovam os anseios populares por maior justiça social e igualdade de oportunidades.

RODRIGO MAIA
Presidente da Câmara dos Deputados
tem co a violê ações o Congr avança

Sabem nela re presen hoje el da poç polític o Brasim mundc

Com o um esp da Câm pois er mais e
APRESENTAÇÃO

A iniciativa de se criar uma procuradoria temática para discutir e alavancar políticas para as mulheres no âmbito do Legislativo é inédita do Parlamento brasileiro.

Criada em 2009, a Procuradoria da Mulher da Câmara dos Deputados tem como objetivo proteger os direitos das mulheres brasileiras, principalmente contra a violência e a discriminação. Desde a sua criação, a Procuradoria apoia e incentiva ações que proporcione uma melhor aplicação da Lei Maria da Penha, produzida pelo Congresso Nacional e reconhecida mundialmente como um dos instrumentos mais avançados no combate à violência doméstica.

Sabemos que a nossa democracia será mais forte quanto melhor for a representatividade nela refletida. Por isso, outro objetivo importante desta Procuradoria é ampliar a presença de mulheres na política e garantir que as vozes das poucas parlamentares hoje eleitas sejam ouvidas. Infelizmente, apesar de as mulheres serem mais da metade da população e representarem 52% do eleitorado nacional, o índice de representação política de mulheres na Câmara dos Deputados é de apenas 15%. Tal número coloca o Brasil entre os países que apresentam os piores índices de representatividade do mundo.

Com o intuito de ampliar a rede de proteção das mulheres em todo o país e promover um espaço de discussão de políticas mais igualitárias e justas, a Procuradoria da Mulher da Câmara dos Deputados incentiva a criação de procuradorias estaduais e municipais, pois enxergamos que a atuação mais próxima das cidades e dos estados tornará ainda mais eficientes a fiscalização e a possibilidade de intervir nas políticas públicas.

Deputada IRACEMA PORTELA
Procuradora da Mulher da Câmara dos Deputados
A Procuradoria da Mulher da Câmara dos Deputados comemora, em 2019, dez anos de atuação. Durante esse período, tem realizado um trabalho sólido graças à dedicação de parlamentares comprometidas com as causas femininas. A meta agora é continuar crescendo.

Para isso, vamos incentivar a criação de Procuradorias da Mulher estaduais e municipais, ligadas às Assembleias Legislativas e às Câmaras de Vereadores. Descentralizar as iniciativas vai permitir que a nossa mensagem chegue a todos os pontos do Brasil. E, assim, poderemos acompanhar mais de perto as ações voltadas para as mulheres, oferecendo suporte aos Estados e aos municípios.

É fundamental ampliar e dar maior visibilidade às estratégias de empoderamento feminino e de defesa dos direitos das mulheres, unindo esforços para que esse trabalho alcance cada vez mais pessoas em todo o País. Essa é a nossa missão.
Este pequeno manual foi elaborado para auxiliar estados e municípios interessados em criar uma procuradoria da mulher no âmbito das suas assembleias legislativas e câmaras municipais.

Para isso, detalhamos o funcionamento e a estrutura da Procuradoria da Mulher da Câmara dos Deputados e apresentamos respostas às principais dúvidas que podem surgir na criação de uma procuradoria nos mesmos moldes no legislativo local, além de um modelo de projeto de resolução que pode ser ser adaptado à realidade de cada casa legislativa para oficializar a criação do órgão.
O QUE É A PROCURADORIA DA MULHER DA CÂMARA DOS DEPUTADOS?
A Procuradoria da Mulher é um órgão institucional criado em 2009 com o objetivo de zelar pela participação mais efetiva das deputadas nos órgãos e nas atividades da Câmara, e também fiscalizar e acompanhar programas do Governo Federal, receber denúncias de discriminação e violência contra a mulher e cooperar com organismos nacionais e internacionais na promoção dos direitos da mulher.

Em julho de 2013, os deputados e deputadas federais aprovaram a criação da Secretaria da Mulher, por meio da Resolução nº 31/2013. Essa estrutura uniu a Procuradoria da Mulher e a Coordenadoria dos Direitos da Mulher, a qual representa a Bancada Feminina.

Além disso, a Resolução alterou o Regimento Interno da Câmara dos Deputados para que a Procuradoria fosse constituída de uma procuradora da mulher e de três procuradoras adjuntas.
seminário com mulheres dos partidos, atividade que aconteceu aos 16 de outubro.

Conheça mais sobre...
Quais são as atividades desenvolvidas pela Procuradoria da Mulher da Câmara?

São muitas as atividades desenvolvidas pela Procuradoria da Mulher da Câmara dos Deputados e todas elas podem ser replicadas ou ampliadas por meio da atuação descentralizada nos legislativos locais.

Além das tarefas habituais, a Procuradoria também realiza seminários periódicos voltados à discussão de temas de interesse das mulheres, audiências públicas, debates, encontros com autoridades dos poderes Executivo e Judiciário, cursos de formação, exposições e atividades alusivas ao Dia Internacional da Mulher, ao Outubro Rosa, aos 16 dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres, entre outros.

Conheça a seguir algumas dessas atividades e projetos:
ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

CURSO À DISTÂNCIA

A Procuradoria da Mulher da Câmara dos Deputados, em parceria com o Banco Mundial e o Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, da Universidade Federal da Bahia, disponibiliza gratuitamente a toda a sociedade o curso à distância Gênero e Atuação Legislativa. O curso, que tem carga horária de 50 horas/aula e dispensa tutoria, foi desenvolvido com o objetivo de sensibilizar e capacitar os atores políticos para os temas de gênero e direitos das mulheres, bem como de alertar sobre os impactos que as desigualdades entre mulheres e homens podem ter sobre as políticas públicas. Para cursá-lo, basta cadastrar-se na plataforma de educação à distância da Câmara dos Deputados: www.camara.leg.br/ead.

PROJETO PROCURADORIA DA MULHER ITINERANTE

Neste projeto, a Procuradora da Mulher, acompanhada de uma equipe técnica, vai até as assembleias legislativas com o objetivo de incentivar a criação de procuradorias locais, nos estados e municípios. Durante as visitas, parlamentares e funcionários do legislativo local recebem breve capacitação para entender o funcionamento e os passos para criação de uma procuradoria da mulher. Além disso, aproveita-se a visita para conhecer e ampliar localmente os avanços obtidos a partir da aplicação dos serviços previstos na Lei nº 11.340, de 2006 (Lei Maria da Penha): a Procuradoria consulta os órgãos públicos responsáveis para obtenção de dados sobre a aplicação da Lei e identifica as principais dificuldades para a implementação desses serviços, bem como de outros projetos de interesse da mulher em operação no estado.
CONCURSOS CULTURAIS

Desde 2012, a Procuradoria da Mulher da Câmara, em parceria com o Banco Mundial e com a Procuradoria Especial da Mulher do Senado, realiza concursos culturais sobre a Lei Maria da Penha, que têm como objetivo disseminar o conteúdo da Lei a vários tipos de públicos, em especial aos jovens e estudantes. Em cinco edições, o Concurso Lei Maria da Penha já premiou criações artísticas e tecnológicas em diversos formatos: documentários, aplicativos, canções, fotografias.

RECEBIMENTO DE DENÚNCIAS

A Procuradoria da Mulher da Câmara conta com uma equipe de assessoria jurídica habilitada para o recebimento de denúncias de casos de violência contra a mulher. Essa equipe recebe e orienta as vítimas quanto aos procedimentos que devem ser adotados em cada caso, bem como no registro e no acompanhamento das denúncias em sua tramitação pelos órgãos competentes. Trata-se de recurso complementar de enfrentamento à violência que, em vários casos, foi responsável pela aceleração de trâmites judiciais em curso, entre outros ganhos.
POR QUE CRIAR UMA PROCURADORIA DA MULHER NO LEGISLATIVO LOCAL?
As procuradorias são primordialmente órgãos que atuam no combate à violência e à discriminação contra as mulheres, qualificando os debates de gênero nos parlamentos e recebendo e encaminhando aos órgãos competentes as denúncias e os anseios da população. Ter mais procuradorias criadas significa ampliar o alcance desse trabalho, que poderá ser feito em rede, com mais eficácia e agilidade (vide infográfico nas páginas seguintes).

Apesar de haver uma maior ocupação dos espaços institucionais pelas mulheres, a cena política continua predominantemente masculina. A criação de uma procuradoria da mulher nos estados e municípios busca primordialmente garantir maior representatividade, visibilidade e destaque às mulheres na política, já que só teremos uma representação mais igualitária se investirmos nas políticas de gênero e no fortalecimento dos papéis do Legislativo de debater, legislar e fiscalizar a atuação governamental em prol das mulheres, em todos os entes federativos.

Os seguintes estados já criaram procuradorias em suas assembleias: Amapá; Ceará; Espírito Santo; Maranhão; Rio Grande do Sul; Roraima; São Paulo; Sergipe e Tocantins. O Distrito Federal também já possui uma procuradoria da mulher em sua Câmara Legislativa. Algumas câmaras municipais também já criaram suas procuradorias ou têm projetos tramitando para esse fim.
CÂMARA DOS DEPUTADOS
A Procuradoria da Mulher recebe as denúncias de violência contra a mulher de diversas naturezas e identifica as autoridades competentes para lidar com cada caso.

MINISTÉRIOS
Nos casos de violação de violência doméstica, tanto quanto a Secretaria de Ps são chamados a acompanhar ministérios também podem de Direitos Humanos ou o.

STF e STJ
Quando há processos que necessitam de acompanhamento especial da sua tramitação, a Procuradoria da Mulher aciona o Supremo Tribunal Federal, o Superior Tribunal de Justiça ou o Conselho Nacional de Justiça.

ESTADOS E DF
As denúncias recebidas na Procuradoria da Câmara podem ser encaminhadas às assembleias dos estados, quando há providências a serem tomadas na esfera estadual. Se a assembleia já tem uma procuradoria própria, ela encaminha as denúncias recebidas aos órgãos competentes, como o MPE, o governo do estado, as secretarias estaduais e o Tribunal de Justiça. Quando não há procuradoria local, a Procuradoria da Câmara dos Deputados faz esses encaminhamentos.
MINISTÉRIOS
Nos casos de violação de direitos da mulher ou violência doméstica, tanto o Ministério da Justiça quanto a Secretaria de Políticas para as Mulheres são chamados a acompanhar o caso. Outros ministérios também podem ser notificados, como o de Direitos Humanos ou o de Relações Exteriores.

ATUAÇÃO EM REDE PARA O ENCAMINHAMENTO DAS DENÚNCIAS RECEBIDAS
Atuando localmente, as procurADORias potencializarão o trabalho de encaminhamento de denúncias que já é realizado em âmbito federal pela Procuradoria da Câmara dos Deputados, formando uma rede nacional de defesa e fortalecimento dos direitos das mulheres.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
O Ministério Público Federal funciona como fiscal da lei e pode ser convidado a acompanhar as denúncias de violência contra a mulher que envolvam a Justiça em nível federal.

MUNICÍPIOS
As câmaras municipais também são notificadas das denúncias para acompanhar os casos dentro de sua área de atuação. Por meio da procuradoria da mulher local, as câmaras podem acionar a prefeitura, as secretarias municipais, as delegacias ou qualquer outro órgão que seja pertinente ao andamento da denúncia.
QUAL É A ESTRUTURA DE UMA PROCURADORIA DA MULHER?

Cada casa legislativa tem autonomia para definir a estrutura que comporá a sua procuradoria, mas recomenda-se que ela tenha uma procuradora da mulher e, no mínimo, uma procuradora adjunta, que substituirá a titular em suas ausências e impedimentos. Recomenda-se também que a procuradoria disponha de espaço físico adequado para o recebimento de denúncias, em local que garanta privacidade às denunciantes. Na Câmara dos Deputados, a estrutura da Procuradoria é composta por uma procuradora da mulher e de três procuradoras adjuntas, cada uma pertencente a um partido diferente.
A procuradora da mulher deverá ser uma das parlamentares eleitas da assembleia legislativa ou da câmara municipal que está criando o órgão.

No caso de haver poucas ou nenhuma mulher parlamentar eleita no município, duas ou mais localidades podem se juntar para criar uma procuradoria regional da mulher, que terá as mesmas atribuições de uma procuradoria regular, respeitando na sua composição, tanto quanto possível, a diversidade dos municípios que representa. Além disso, é possível que o regimento preveja que o cargo seja ocupado por servidora designada para o cargo.
COMO É ELEITA E QUAL É A DURAÇÃO DO MANDATO DA PROCURADORA DA MULHER?
Na Câmara dos Deputados, a Procuradora da Mulher é eleita com suas procuradoras adjuntas em votação da qual participam todas as deputadas, no começo da primeira e da terceira sessões legislativas, seguindo o mesmo rito da eleição da Mesa Diretora da Casa.

Nas casas legislativas municipais e estaduais há a possibilidade de se replicar o processo eletivo realizado na Câmara Federal ou mesmo definir-se por resolução que as procuradoras serão designadas por ato do presidente da respectiva casa.

O ideal é que o mandato da procuradora da mulher acompanhe o tempo de mandato do presidente da casa. Na Câmara dos Deputados, o mandato é de dois anos.
COMO CRIAR UMA PROCURADORIA DA MULHER?
A procuradoria da mulher deve ser criada por meio de projeto de resolução, que é o tipo de proposição adequado para regular os assuntos internos de uma casa legislativa.

O ideal é que o projeto que criará a procuradoria seja articulado e apoiado por toda a bancada feminina da casa legislativa, além de ser apresentado por uma parlamentar que se identifique com a temática feminina e com os propósitos do novo órgão. Se for consenso, a autora da proposta poderá ser também a primeira procuradora.

Após aprovado o projeto de resolução que cria a procuradoria, a casa deve definir a estrutura física e de pessoal da procuradoria, de acordo com a demanda de trabalhos de cada casa legislativa.
Apresentamos a seguir um modelo de projeto de resolução que pode ser utilizado pelas Câmaras e Assembleias como referência para a criação de suas Procuradorias. Trata-se de modelo exemplificativo para o projeto que será elaborado conforme as regras constantes de cada regimento interno.

As assembleias legislativas que já criaram suas procuradorias também poderão replicar seu trabalho nos municípios.
PROJETO DE RESOLUÇÃO N° __/___

Dispõe sobre a criação da Procuradoria da Mulher no âmbito da Assembleia Legislativa/Câmara Municipal, do Estado/Município de/o ___________________ e dá outras providências.

Faço saber que a Assembleia Legislativa/Câmara Municipal do Estado/Município de/o aprovou a seguinte resolução:

Art. 1º. Fica criada a Procuradoria da Mulher no âmbito da...

Parágrafo único. A Procuradoria da Mulher não terá vinculação com nenhum outro órgão desta Casa, sendo órgão independente, que contará com o suporte técnico de toda a estrutura da Assembleia/Câmara.

Art. 2º. A Procuradoria da Mulher será constituída de 01 (uma) Procuradora da Mulher (pode-se prever que existam procuradoras-adjuntas), designada pelo Presidente da Assembleia Legislativa/Câmara Municipal (pode-se prever que sejam eleitas pelo legislativo), a cada ___ (____) anos, no início da Legislatura.

§ 1º. O mandato da Procuradora da Mulher acompanhará a periodicidade da eleição da Mesa Diretora.

§ 2º. Na ausência de vereadora para assumir a função de Procuradora da Mulher, poderá assumir a função servidora da Câmara Municipal/Assembleia Legislativa, nos termos do caput.

Art. 3º. Compete à Procuradoria da Mulher zelar pela participação mais efetiva das Deputadas nos órgãos e nas atividades da Assembleia e ainda:
I - receber, examinar e encaminhar aos órgãos competentes denúncias de violências e discriminação contra a mulher;

II - fiscalizar e acompanhar a execução de programas do governo estadual, que visem à promoção da igualdade de gênero, assim como a implementação de campanhas educativas e antidiscriminatórias de âmbito estadual;

III - cooperar com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, voltados à implementação de políticas para as mulheres;

IV - promover pesquisas, seminários, palestras e estudos sobre violência e discriminação contra a mulher, bem como acerca de seu défice de representação na política, inclusive para fins de divulgação pública e fornecimento de subsídio às Comissões da Assembleia.

Art. 4º. Toda iniciativa provocada ou implementada pela Procuradoria da Mulher terá ampla divulgação pelo órgão de comunicação da Assembleia/Câmara.

Art. 5º. A suplente de deputado/vereador que assumir o mandato em caráter provisório não poderá ser escolhida para Procuradora da Mulher.

Art. 6º. A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com a nomeação imediata da procuradora.

Deputado(a)/Vereador(a)
MULHERES EMPoderamento e IGualDADE PARIDADE MAIS MUerIDADE JusTICA CIदADANIA SUPERAÇÃO MATERNIDADE LIBERDADE MULHERES EMPoderamento COMBATE À PARIDADE MAIS MULHERES NA IGUALDADE PARIDADE MAIS MUerIDADE JusTICA CIदADANIA SUPERAÇÃO LIBERDADE MATER EMPoderamento COMBATE À IGUALDADE PARIDADE MAIS MUerIDADE JusTICA CIदADANIA SUPERAÇÃO MATERNIDADE LIBERDADE MULHERES EMPoderamento COMBATE À IGUALDADE PARIDADE MAIS MUerIDADE JusTICA CIदADANIA SUPERAÇÃO MATERNIDADE
COMO CRIAR UMA

PROCURADORIA DA MULHER

NOS ESTADOS E MUNICÍPIOS